

SIGNIFICADO DO CORPO E O SENTIDO DO CONSUMO FÚNEBRE¹

Autor: Isabela Andrade de Lima Moraes (PPGA/UFPE – UNEAL)

Co-autor: Antonio Motta (PPGA/UFPE)

A morte é um fenômeno natural que compreende o desaparecimento do indivíduo através do interrompimento de suas funções vitais, especialmente o cérebro, o coração e o pulmão. Mas a morte não pode ser pensada apenas como um fenômeno natural e como um fato individual, pois ela é um fato social e um fenômeno cultural onde os ritos e cerimônias fúnebres organizados pela coletividade podem revelar as mudanças, as permanências e as contradições da sociedade.

Partindo deste pressuposto realizo uma pesquisa no doutorado em Antropologia da UFPE que busca compreender a atuação do mercado fúnebre na venda de produtos (jazigos, caixões, flores, etc.) e serviços (planos assistenciais, necromaquiagem, tanatopraxia, etc.) funerários. Observa-se que numa sociedade de culto ao corpo e da busca pela eterna juventude, um corpo morto abala a representação simbólica que a sociedade estabelece com o corpo humano. Portanto, o consumo de produtos e serviços fúnebres também está intimamente relacionado com a preocupação com o destino do corpo, ao medo do corpo decomposto, ao receio de ter o corpo sepultado em espaço público, de ter a sepultura violada e o corpo retirado da cova, ou mesmo de ter os restos mortais não identificados.

Palavras-chave: corpo, morte, consumo fúnebre.

A presença de um cadáver em uma sociedade representa a liminaridade, já que ele não pertence a este mundo e tampouco chegou ao mundo do além, “*ele, que era a materialização da estrutura, agora se desestrutura. Agora é antiestrutura*” (RODRIGUES, 2006b, p. 61).

Se um morto abala a estrutura social conforme apontou Malinowski (1984), faz-se necessário exorcizá-lo, enviá-lo à sepultura num ritual purificador, que objetiva tanto eliminar a morte da sociedade, quanto orientar o destino do defunto. Se a morte é desordem, o sepultamento é a ordem ou o reordenamento social. Para Thomas (1993, p. 119) o ritual do sepultamento desempenha uma função fundamental: “*la de preservar el equilibrio individual y social de los vivos*”.

Eliade (1992, p. 151) observa ainda que “*para certos povos só o sepultamento ritual confirma a morte: aquele que não é enterrado segundo o costume não está morto*”. Dessa

¹ - Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 a 04 de junho, Porto Seguro, Bahia.

forma, o enterro é também o meio que a sociedade encontra para “*assegurar a seus membros que o indivíduo morto caminha na direção da ocupação do seu lugar determinado devidamente sob controle*”. Então, o sepultamento exprime algo, exprime a mentalidade fúnebre de uma época, já que “*a morte é reflexo da visão de mundo*” (VOVELLE, 1996, p. 25).

Nas sociedades ocidentais do passado o tratamento do cadáver estava relacionado ao destino da alma, todos os ritos realizados com o corpo do morto tinham a função de garantir sua proteção espiritual, incluindo o sepultamento *ad sanctos*, onde os mortos eram enterrados dentro das igrejas ou em seu entorno. A preocupação com o destino dos cadáveres não era tão significativa, pouco importava o que era seria feito com ele, contanto que fosse conservado dentro dos limites sagrados (ARIÈS, 2003 p. 42).

Com o tempo, tornou-se intolerável o acúmulo dos mortos nas igrejas. O “medo urbano” aliado a noção de salubridade no final do século XVIII (FOUCAULT, 1979), condenou os enterros *ad sanctos*. A nova mentalidade fúnebre pretendia que os mortos estivessem inumados em uma morada própria, ficando então proibido o sepultamento nas igrejas e a presença dos cemitérios tornou-se necessária.

Com a criação dos cemitérios seculares surge o hábito de individualizar o local da sepultura. A aversão em deixar os túmulos anônimos e invisíveis demonstra o desejo de saber o destino exato do cadáver, a necessidade de perpetuar a lembrança do defunto e conservar a identidade da pessoa morta. Os epitáfios (frases escritas nos túmulos) também passam a ser utilizados tanto para identificar o local exato de uma inumação, quanto celebrar um defunto contanto toda a sua vida.

Os túmulos dos cemitérios públicos foram marcados pela monumentalidade. *Monumentum* é uma palavra latina que deriva da raiz-européia *men* utilizada para exprimir as funções nucleares do espírito, a memória. Então monumento é tudo que evoca um passado, uma recordação (CATROGA, 2002, p. 20-21). Dessa forma, o cemitério monumental é um “lugar de memória”, nele se convoca o “invisível” através do “visível”, pois os túmulos são percebidos como “*uma totalidade significativa que articula dois níveis bem diferenciados: “o invisível” (situado debaixo da terra) e o “visível”, o que faz com que (...) o túmulo seja um monumento colocado entre os limites de dois mundos*” (CATROGA, 2002, p. 17).

Os túmulos passaram a ter uma grande importância para a sociedade do passado, através deles objetivava-se assegurar a imortalização da morte e da pessoa morta.

O túmulo visível deve ao mesmo tempo dizer onde está o corpo, a quem pertence e, finalmente, lembrar a imagem física do defunto, sinal de sua personalidade. Se o túmulo designava o local necessariamente exato do culto funerário, é porque tinha também por fim transmitir às gerações seguintes a recordação do defunto. De onde o seu nome de *monumentum*, de *memória*: o túmulo é um memorial. A

sobrevivência do morto não devia ser garantida apenas no plano escatológico por meio de oferendas ou sacrifícios; dependia também da fama que mantinha na terra, quer os túmulos com os seus *signa*, e as suas inscrições, quer os elogios dos escritores (ÁRIES, 2000, p. 239).

Com o tempo essas representações fúnebres tornam-se intoleráveis com o surgimento de um novo modelo da arquitetura cemiterial: os *cemitières-parcs* que obedecem a uma “*esthétique de la disparition*” (URBAIN, 1989, p. 140) tendo como consequência a *dissimulation des signes de la mort* (URBAIN, 1989, p. 139) já que os cemitérios deixam de ser percebidos como locais fúnebres, exercendo a função de dissimular uma realidade: a morte e os mortos.

Nos *cimetières-parcs* normalmente não é permitido construir mausoléus e outras construções similares acima do nível do solo. Concebidos como uma paisagem natural, as sepulturas são cavadas diretamente sob a grama. Estas sepulturas, denominadas de jazigos também são conhecidos por “lote”, “terreno” ou “área” e são compostas por gavetas empilhadas. A identificação das sepulturas é realizada através de pequenas e simples lápides, que trazem o nome completo do sepultado, a data de nascimento, a data do falecimento e a indicação do local da sepultura.

Essa atitude em fazer desaparecer os signos da morte fez com que “*a morte que até então estava de alguma maneira integrada à vida, agora aparece como um apodrecimento*” (MARTIN-FUGIER, 1991, p. 257). A estratégia agora é “*neutralizar os ritos e ocultar tudo que diga respeito à morte*” (RODRIGUES, 2006b, p. 165). A sociedade age com a finalidade de apagar, dissimular e eliminar a morte e os mortos da vida social. A morte torna-se então objeto de interdição (GORER, 1965).

O SIGNIFICADO DO CORPO MORTO

O evento da morte foi de distanciando do cotidiano familiar. Dentre os fatores que contribuíram para esse processo destaca-se a medicalização da vida e o deslocamento do lugar da morte: os hospitais.

No século XIX os hospitais tornam-se lugares privilegiados da morte, pois quando alguém adoecia ou estava fadado a morrer, era removido do ambiente familiar e levado às pressas para o leito de um hospital. Isto se deve a um novo olhar que foi produzido sobre os hospitais durante o final do século XVIII, quando eles foram percebidos como instrumentos terapêuticos destinados a curar os doentes.

Antes do século XVIII os hospitais eram concebidos como um lugar de assistência aos pobres e doentes, um lugar para morrer, mantido por instituições de assistência cuja função era caritativa, assegurando tanto “*a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres*” (FOUCAULT, 1979, p. 102). Isto ocorria também pelo fato de que a prática médica estava dissociada da prática hospitalar, os médicos eram particulares, davam consultas privadas para as famílias necessitadas. Portanto, não havia o personagem do médico de hospital.

No século XVIII o hospital se medicalizou e a medicina se hospitalizou devido a introdução de mecanismos disciplinares no espaço hospitalar (FOUCAULT, 1979, p. 107), que fez com que os hospitais passassem a ser além de lugares de cura, lugares de formação dos médicos.

Os hospitais passam a ser concebidos como uma “máquina de curar”. Com o avanço da medicina, a vida é prolongada. A medicina moderna permite neutralizar inclusive as manifestações da morte. Nos hospitais uma série de mecanismos é acionada para minorar o sofrimento do paciente, sedando-o, mergulhando-o num profundo silêncio até a que a morte seja constatada, retirando assim toda a carga de dramaticidade que até então estava presente no momento do morrer (CONCONE, 1983, p. 43).

Sudnow (1971) observou em uma pesquisa realizada nos hospitais norte-americanos que a morte do hospital² consiste em cifras, são números e é contabilizada, sendo inclusive uma premissa para assinalar um *status* de experiência³, mas esta atitude pode significar um indício de preocupação, morbidade ou mesmo medo da morte pelo *staff* médico, que procura muitas vezes estabelecer uma relação de distanciamento com o paciente e com a família, sobretudo em relação a assuntos relacionados diretamente a morte e ao morrer.

Kubler-Ross (1998) percebeu que nos hospitais norte-americanos tanto os médicos quanto a família e o próprio moribundo reagem à morte com dificuldade. Há uma necessidade de negação visualizada através da privação do moribundo de seu verdadeiro estado de saúde, mesmo que este já saiba ou esteja ciente da gravidade embora não tenha sequer sido oficialmente informado. O silêncio e a negação da morte por parte dos médicos são acompanhados pelo silêncio e pela recusa e negação da morte pela família e pelos moribundos. Para a equipe hospitalar é bem mais fácil isolar um paciente em fase terminal e

² - Sudnow (1971) distingue a morte do hospital da morte no hospital, essas são as mortes violentas que foram geradas no interior da organização hospitalar, tal como um assassinato dentro do hospital, um suicídio na ala psiquiátrica, etc.

³ - Sudnow (1971) observou que muitas vezes contabilizar a morte pode significar um status que possibilita verificar o grau de experiência do médico. Os novos estudantes e médicos tem o hábito de contar o número de acontecimentos para medir sua experiência, aumentar a competência e autoridade do praticante. Um dos signos de maior competência entre os colegas se manifesta quando o médico deixa de contar e diz que já perdeu a conta.

relegá-lo a uma determinada ala dos hospitais evitando o contato afetivo, do que ficar ao lado do paciente moribundo ou tentá-lo ouvir, apesar do aparente silêncio.

Mas, vale salientar que com o surgimento da medicina humanizada, esse modelo de “morto social”⁴ vem sendo repensado. Os pacientes fora de possibilidades terapêuticas (FPT) estão conhecendo uma nova proposta de assistência denominada de Cuidados Paliativos, que tem o objetivo de humanizar o morrer consistindo basicamente em “*assistir o moribundo até seus últimos momentos, buscando minimizar tanto quanto possível seu desconforto e em dar suporte emocional e espiritual a seus familiares*” (MENEZES, 2004, p. 37).

O fato é que o processo de medicalização da vida contribuiu para a repulsa em relação à manipulação dos cadáveres. O corpo morto tornou-se intocável, a família já não suporta mais lavar, banhar ou vestir um morto. Esses ritos domésticos tornaram-se insuportáveis e dolorosos até, pois o que se teme na morte é exatamente o que ela tem de morte (RODRIGUES, 2006a, p. 61).

Essa atitude de repulsa à morte e aos mortos surge na segunda metade do século XVIII com o sentimento de horror e medo dos corpos decompostos. Já no século XVII os cadáveres passaram a ser tratados como coisas, a partir do desenvolvimento das técnicas médicas de anatomia que abre expõe, decompõe e estuda o corpo.

No curso desse processo têm-se o surgimento de novos padrões de comportamento da vida moderna com o despertar de sentimentos de repugnância, desgosto, nojo e censura às funções naturais do corpo. As referências às funções corporais como “defecar”, “urinar”, “peidar”, etc. e às partes do corpo nelas envolvidas, vão, aos poucos, sendo ignoradas e omitidas no comportamento social ocidental. A transformação das relações entre os homens fez com que as manifestações de algumas funções corpóreas fossem tratadas como vergonhosas e, portanto, interditas (ELIAS, 1994). Repugna-se o corpo morto e a decomposição ao mesmo tempo em que se rejeita a morte e se recusa a reconhecer o fim e a perda de uma pessoa.

O SENTIDO DO CONSUMO FÚNEBRE

Mas o que fazer com o corpo morto? O que fazer com o cadáver?

Um cadáver é cheio de sentidos que são expressos pelas relações culturais. As relações que a sociedade estabelece com o corpo e conseqüentemente com o cadáver é contraditória.

⁴ - O morto social é um indivíduo que morre socialmente mesmo sem ter morrido biologicamente ou clinicamente. A morte social é definida a partir do momento que ocorre o fim das propriedades sociais mais importantes (SUDNOW, 1971). Os pacientes moribundos são, muitas vezes, considerados como mortos sociais, considerados como quase mortos clinicamente e mortos socialmente sendo separados dos mundo dos vivos e isolados em hospitais privados de relações sociais afetivas (KUBLER-ROSS, 1998).

Ele (o corpo e o cadáver) significa ora pureza, ora perigo (DOUGLAS, 1986). Há então uma atitude dúbia em relação ao corpo e ao cadáver, revelada através da tendência de preservar o corpo mantendo intacta sua forma ou retendo-se parte dele, ao mesmo tempo em que ocorre o desejo de livrar-se do corpo, de tirá-lo do caminho e de aniquilá-lo completamente (MALINOWSKI, 1984).

Numa sociedade onde existe o culto ao corpo e a busca pela eterna juventude, o corpo morto simboliza aquilo que uma sociedade não quer ser. Nas sociedades onde predomina a sensação de imortalidade (ELIAS, 2001), um cadáver trai a ilusão de que o corpo não está condenado ao desaparecimento (CATROGA, 2002).

Dessa forma, procura-se dar ao cadáver uma aparência mais natural possível, como se não estivesse morto, mas apenas dormindo. Essa aparência natural é realizada através do desenvolvimento das técnicas de embalsamento e necromaquiagem, que permite que o morto não pareça morto, dando ao morto a ilusão de vida (URBAIN, 1989).

Não é um morto que se quer ver, mas um “quase vivo”. É exatamente por este motivo que a sociedade recorre, cada vez mais, aos serviços tanáticos, que tem a função de minimizar, maquiar e dissimular a morte, afinal de contas a *toilette* fúnebre tem por objetivo: “*mascarar as aparências da morte e conservar no corpo os ares familiares e alegres da vida*” (ARIÉS, 2003, p. 255).

Neste novo processo ritualístico tanto o tratamento dos cadáveres, quanto o cuidado com as sepulturas saíram das mãos da família e passaram para as mãos dos especialistas remunerados. O tratamento ao cadáver, os ritos e as cerimônias fúnebres se profissionalizaram. A morte passa a ser empresarializada.

A grande peculiaridade do processo de empresarialização da morte consiste em trabalhar com o discurso da contradição, onde a morte é apresentada como natural, afinal de contas “*todos vamos morrer um dia*”, mas a preparação e manipulação do cadáver são tratadas como algo impuro, sujo, repulsivo e repugnante.

A linha tênue que separa a vida da morte acaba se transformando no referencial utilizado pela indústria fúnebre no Brasil para divulgar e vender seus produtos e serviços. Como a morte é um fenômeno natural, a aquisição do produto aparece como essencial.

A lógica do discurso da indústria fúnebre é baseada na retórica da necessidade, da praticidade e consequentemente da comodidade. As novas tendências fúnebres apontam a organização e a projeção do próprio enterro como possibilidade de atribuir uma maior comodidade para a família, evitando a tomada de decisões em momentos que a família se encontra perturbada emocionalmente, além de garantir a “*segurança financeira*”.

A preocupação com a aparência e com o destino do corpo fez surgir uma nova

categoria de consumidores: os consumidores fúnebres, indivíduos que adquirem produtos (jazigos, flores, caixões, etc.) e serviços (planos assistenciais funerários, necromaquiagem, tanatopraxia, etc.) com objetivo de se precaverem da morte e de todos os seus desígnios.

O consumo de produtos e serviços fúnebres está relacionado também com a preocupação com o destino do corpo, com o medo do corpo decomposto, com o receio de ter seu corpo ou o corpo de algum parente sepultado em espaço público, com o temor de ter a sepultura violada e o corpo retirado da cova, e com o medo de que os restos mortais não sejam sequer identificados⁵, lembrados ou cuidados. Portanto, a partir do significado do corpo morto entendemos o surgimento e crescimento tanto do mercado quanto do consumo fúnebre.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **O homem perante a morte - I**. Portugal: Publicações Europa-América Ltda. 2000.

CATROGA, Fernando. *Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos*. In. **Mimesis**. nº 02, vol, 23, Bauru: EDUSC, 2002.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. 1983. O “vestibular” de anatomia. In. MARTINS, José de Souza (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, pp. 25-37.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de: envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2001.

_____. **O processo civilizador. Uma história dos costumes**. vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos Autos da Cova Rasa. A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

⁵ - Corpos sem identificação são sempre tratados como cadáveres não-identificados, uma categoria que não se resume pela ausência de um nome próprio passível de registro e certificação, mas uma categoria que significa uma ausência de identidade (FERREIRA, 2007).

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In. _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GORER, Geoffrey. **Death, Grief, and mourning in contemporary britain**. London, The Cresst Press, 1965.

KUBLER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, ciência e religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARTIN-FUGIER, Anne. *Os ritos da vida privada burguesa*. In. PERROT, Michele (org.) **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

MENEZES, Rachel Aisengart. (2004). **Em busca da boa morte. Antropologia dos cuidados paliativos**. Rio de Janeiro: Garamond: FIOCRUZ, 2004.

SUDNOW, David. **La Organización Social de la Muerte**. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edit. Fiocruz, 2006b.

_____. **Tabu do Corpo**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Edit. Fiocruz, 2006a.

URBAIN, Jean-Didier. **L'archipel des morts**. Paris: Payot, 1989.

THOMAS, Louis-Vincent. **Antropologia de la muerte**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte. In. BRAET, Herman e VERBEKE, Werner (eds.) **A morte na Idade Média**. São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo, 1996. (Ensaio de Cultura; 8).